

Bancada mineira apóia reeleição de Ulysses

WILKIE RODRIGUES
Correspondente

Belo Horizonte — Depois de uma reunião que terminou no começo da madrugada de ontem, o governador eleito de Minas, Newton Cardoso, os senadores e a bancada mineira do PMDB na Câmara Federal decidiram apoiar a candidatura do deputado Ulysses Guimarães para as presidências da Assembléia Nacional Constituinte e para a reeleição à Câmara dos Deputados. A indicação de um nome da bancada mineira para o lugar do líder Pimenta da Veiga, na liderança do PMDB e do Governo na Câmara, não foi definida, com os senadores e deputados preferindo continuar nas avaliações até conseguir um nome de consenso para o cargo.

Após o encontro dos senadores e deputados federais com o governador eleito Newton Cardoso, foi distribuída uma nota oficial à imprensa, na qual a bancada federal e os senadores constituintes manifestaram "apoio integral à iniciativa do presidente Sarney de promover um amplo entendimento entre Governo, empresários e trabalhadores como única forma de estabilizar a economia e controlar a inflação, garantindo ao mesmo tempo o crescimento econômico e os ganhos reais de salários, proporcionados pelo Governo do PMDB aos trabalhadores".

A nota registra, também, "o decidido apoio às ações do governador Newton Cardoso na defesa de uma reforma tributária de emergência, que marca o início da restauração do regime federativo com a consequente descentralização de recursos e competências. Apóia também as colocações do Governador eleito a uma maior participação de Minas nas decisões políticas e econômicas nacionais".

Em seu último parágrafo, a nota assinala, em rela-

ção à bancada de deputados federais e senadores, reunida pela primeira vez depois das eleições de 15 de novembro, "a sua disposição clara e firme de cumprir os compromissos do partido em relação à consolidação do regime democrático, atuando na Assembléia Nacional Constituinte no sentido de dotar o País de uma constituição moderna, socialmente avançada e que seja um instrumento de promoção da liberdade e do bem-estar para todos".

DISSIDENTES

A presença dos dissidentes na reunião da noite de anteontem, no gabinete do governador eleito no primeiro andar do BDMG, serviu para mostrar a existência de um esforço conjunto do PMDB mineiro no sentido de marchar de encontro a uma conciliação. Estavam presentes, além de Pimenta da Veiga, o deputado eleito Hélio Costa, que, durante a campanha foi um dos principais opositores de Newton Cardoso, tecendo críticas contundentes a nível pessoal. Costa, embora não tivesse sido convidado pela assessoria

de Newton Cardoso para a reunião, foi o primeiro parlamentar a chegar ao BDMG.

A reunião serviu para que os participantes fizessem uma ampla análise do comportamento do partido a nível nacional. Falou-se, ainda, do encontro do governador eleito de Minas com o deputado Ulysses Guimarães, quando ficou admitida a hipótese da escolha de um nome da bancada mineira, na Câmara Federal, para a liderança do partido e do Governo naquela Casa.

Participaram da reunião os senadores Alfredo Campos e Ronan Tito e da bancada de 35 deputados, somente Carlos Mosconi, Carlos Cotta, Marcos Lima, Célio de Castro e Luiz Leal estavam ausentes.

Antes da reunião com os senadores e a bancada federal, o governador eleito manteve um encontro, também às portas fechadas, com a bancada estadual, na Assembléia Legislativa, quando ficou acertado que até o final da próxima semana, ele indicará seu líder na Assembléia e terá o seu nome para a presidência da Casa.

Para Lyra, é ilegal

O deputado Fernando Lyra (PMDB-PE), candidato de contestação à presidência da Câmara, afirmou ontem que cada dia fica mais flagrante a inconstitucionalidade da reeleição de Ulysses Guimarães, apesar do esforço de alguns dos seus amigos em defenderem "o que é um grande absurdo".

A inconstitucionalidade da reeleição de presidente da Câmara está estabelecida no artigo 30, parágrafo único, inciso F da Constituição vigente.

SURPRESA

Fernando Lyra disse que está surpreso com a desenvoltura com que

setores do PMDB vêm sustentando que a reeleição tornou-se permitida a partir de uma modificação que o regime militar promoveu no regimento interno da Câmara pensando em abrir caminho para a permanência do então deputado Nelson Marchezan na presidência daquela Casa.

E lamentável — disse Lyra — que um artifício criado pela ditadura seja agora invocado por alguns políticos que fazem praça de liberais. O regimento interno é uma peça ainda mais autoritária do que a Constituição vigente — disse o deputado